

PAIS PODERÃO TER LICENÇA DE 15 DIAS

Em reunião presidida por Rosalba Ciarlini, CAS acolheu criação do vale-hospedagem



Projeto de Patrícia Saboya que amplia de cinco para 15 dias a duração da licença-paternidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A CAS votou diversas outras matérias, inclusive projetos que beneficiam trabalhadores e idosos. **8**

Comissão aprova projeto que restringe o uso de algemas

Proposta de Demostenes Torres, acolhida por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça, proíbe algemar suspeito ou condenado que não ofereça resistência a policiais ou risco de fuga

O projeto aprovado detalha as situações nas quais o uso de algema é autorizado: flagrante delito, transporte, condução e transferência de presos. Veda, contudo, a utilização desse instrumento por tempo excessivo, como forma de castigo e quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial ou judicial. A proposta será votada em turno suplementar. **4 e 5**



Senadores votam, dentre outras matérias, mudanças no Código de Processo Penal e maior rigor em pesquisas com animais. Maciel (D) preside reunião da CCJ



Oposição obstrui pauta e votação de MP é adiada

Obstrução imposta pelo DEM e pelo PSDB provocou o adiamento da deliberação sobre a medida provisória que cria novas ferrovias. Antonio Carlos Júnior cobrou o cumprimento do acordo costumeiro de aguardar três sessões deliberativas para votar MP. O relator, Valdir Raupp, aceitou emenda incluindo trecho entre Bahia e Rondônia. **6**

Comissão aprova proibição a cobrança de ponto extra de TV

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem projeto de Pedro Simon que proíbe a cobrança mensal de ponto extra de TV a cabo. A proposta será ainda votada, em decisão terminativa, na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, para onde segue agora. **2**

Efraim nega envolvimento em suposta irregularidade

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, afirmou não ter envolvimento com as supostas irregularidades, denunciadas pela imprensa, em licitações e contratos com prestadoras de serviço. O presidente da Casa, Garibaldi Alves, disse que o Senado “não se omitirá e fornecerá informações à Polícia Federal e ao Ministério Público”. **3**

Livro registra influência da cana-de-açúcar em Alagoas

O Conselho Editorial do Senado lançou ontem, com a presença do presidente da Casa, Garibaldi Alves, o livro *Caminhos do Açúcar: Engenhos e casas-grandes das Alagoas*, do historiador Douglas Apratto Tenório e da

professora Cármen Lúcia Dantas.

– O livro mostra a relação entre a formação de Alagoas e o açúcar – disse Douglas, ao que Cármen acrescentou: “Alagoas está plantada no mel e no amargo do açúcar”.



Flexa Ribeiro (E), Garibaldi, Teotônio Vilela, os autores, Renan Calheiros, Eduardo Azeredo e João Tenório prestigiam evento

“Procurei uma solução política, mas as discussões foram evoluindo e as informações trazidas pelas empresas não foram convincentes”, afirma relator de projeto

Comissão rejeita cobrança mensal de ponto extra de TV

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a cobrança mensal de ponto extra de TV a cabo, quando instalado sem destinação comercial e no mesmo domicílio que o ponto principal. A proposta será ainda votada, em decisão terminativa, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para onde segue agora.

Antes da votação do projeto (PLS 346/05), houve intenso debate sobre o assunto. O presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), leu ofício da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) pedindo o adiamento da votação da proposta para depois do dia 21. Nessa data, será divulgado o resultado da consulta pública da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre regulamentação formulada pela própria agência que proíbe a cobrança mensal do ponto extra. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiou o adiamento da votação, mas acabou desistindo de pedir vista da proposta, uma vez que a ma-



Projeto de Pedro Simon (E) recebeu parecer favorável de Eduardo Azeredo (C)

téria ainda poderá ser debatida em outra comissão – a CMA.

Pedro Simon defendeu a aprovação da matéria independentemente da regulamentação da Anatel a respeito do assunto. O senador lembrou que uma lei representará uma solução definitiva para o impasse e que a regulamentação da Anatel poderia ser mudada novamente a qualquer momento.

– A decisão do Senado é final e mais forte do que uma regulamentação – destacou o autor do projeto.

Consulta

O presidente da CCT informou que a Anatel enviou comunicado à comissão sobre a existência da consulta pública. Mas, na opinião de Wellington Salgado,

a agência só abriu o debate porque o tema está sendo discutido no Senado.

A proposta de Simon foi debatida em audiência pública em novembro de 2007 e havia sido submetida a votação em três outras oportunidades. O relator da matéria, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), chegou a apresentar substitutivo, mas optou por colocar em votação o projeto de Simon em seu formato original.

– Procurei na época uma solução política. Mas as discussões foram evoluindo e as informações trazidas pelas empresas de tevê a cabo na audiência pública, em novembro, não foram convincentes – disse Azeredo, ao explicar por que desistiu do substitutivo.

Debate sobre publicidade e venda de bebidas

A regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no país será tema de uma audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Requerimento nesse sentido, de autoria dos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovado ontem pela comissão.

A audiência pública, em data ainda a ser marcada, ocorrerá em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção,

Acompanhamento e Defesa da Saúde, que aprovou requerimento semelhante. A subcomissão está subordinada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o requerimento acolhido na CCT, serão convidados a participar da reunião o presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, Gilberto Leifert; o coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São

Paulo, Ronaldo Laranjeira; a gerente-geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, Publicidade, Promoção e Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Maria José Delgado; e o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Milton Seligman.

Foram ainda aprovados, em decisão terminativa, 27 projetos de decreto legislativo, de autorização de funcionamento de emissoras de rádio e de televisão em diversos estados.

Valadares cobra informação sobre insulina



Antônio Carlos Valadares quer explicações do Ministério da Saúde

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ao Ministério da Saúde explica-

ções sobre denúncias de que a insulina produzida no Brasil (em parceria com a Ucrânia) não seria adequada para o tratamento dos diabéticos. Ele informou que a Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes (Fenad) e a Rede Nacional de Pessoas com Diabetes (RNPD) levantaram dúvidas acerca do prazo de validade e da qualidade da insulina produzida pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), entidade ligada à Fundação Oswaldo Cruz.

– É imprescindível que o Ministério da Saúde seja transparente sobre o acompanhamento dos efeitos da nova insulina produ-

zida no Brasil, e definitivamente dê esclarecimentos sobre sua qualidade – disse.

O senador afirmou que a parceria entre Brasil e Ucrânia inclui a compra, por parte do Brasil, da tecnologia de produção da chamada insulina NPH, medicamento de longa duração para diabéticos. É por meio dessa tecnologia que a Farmanguinhos produz insulina no país, representando cerca de 30% das compras do Ministério da Saúde, acrescentou.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Augusto Botelho (PT-RR) e Cícero Lucena (PSDB-PB) apoiaram o pronunciamento.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Josué de Castro

Sessão especial, às 11h, irá homenagear o centenário de nascimento do médico, escritor, político e geógrafo Josué de Castro, autor de Geografia da fome, falecido em 1973. Logo após, será aberta a exposição Josué de Castro – Por um Mundo sem Fome. Às 14h, a sessão é deliberativa.

Garibaldi participa de entrega de prêmio

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, preside às 11h a sessão especial em memória de Josué de Castro; e às 19h participa, em São Paulo, da festa de entrega do prêmio As Melhores da Dinheiro 2008, iniciativa da revista *IstoÉ Dinheiro* em conjunto com a consultoria Trevisan.

Combate à impunidade e à corrupção

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se para votar nove proposições. O primeiro item da pauta é o projeto que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, e estabelece mecanismos de combate à impunidade e à corrupção.

Audiência sobre reserva indígena em Brasília

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência sobre a Reserva Indígena Bananal, localizada há 39 anos no Parque Nacional de Brasília. Estão convidados, entre outros, os presidentes da Funai, da Associação Cultural Povos Indígenas e da Terracap.

CPI da Pedofilia

A CPI da Pedofilia realiza, às 11h, reunião administrativa para apreciação e votação de requerimentos.



Brasil Sorridente faz revolução na saúde, diz Arns

Flávio Arns elogia programa federal para saúde bucal

O programa Brasil Sorridente, do Ministério da Saúde, foi elogiado por Flávio Arns (PT-PR). O senador o classificou como “uma verdadeira revolução do país” que, por sua importância, está acima de disputas partidárias ou ideológicas.

– É uma das iniciativas mais bem-sucedidas do Estado nos últimos anos. Embora tenha sido iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, não foi abandonado pelo governo Lula e, tenho certeza, não será abandonado pelo próximo.

Arns explicou que o Brasil Sorridente é basicamente formado por três programas: saúde bucal, especialidades odontológicas e próteses dentárias. Essas medidas, assinalou, alcançaram 81 milhões de pessoas até maio deste ano.

As equipes de saúde bucal atuam em 4.500 municípios, com apoio de 1.159 consultórios odontológicos completos.



Exedito quer redução do IPI de produtos

Exedito propõe incentivo para a Amazônia Ocidental

Com o objetivo de aumentar a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiados com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Exedito Júnior (PR-RO) apresentou um projeto de lei.

– É uma maneira de compensarmos aqueles que deram a sua vida para o desenvolvimento da região amazônica – justificou.

O projeto (PLS 292/08) beneficia o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e determina que ficam isentos do IPI produtos provenientes de matérias-primas de origem regional, excetuando fumo, armas, bebidas alcoólicas e alguns outros produtos. Também reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno.

Senador anuncia que vai autorizar a Polícia Federal a remeter ao Conselho de Ética e a divulgar publicamente qualquer diálogo seu que possa existir no bojo das investigações

Efraim nega envolvimento com qualquer irregularidade

EM DISCURSO NO Plenário, o 1º secretário do Senado Federal, senador Efraim Morais (DEM-PB), afirmou ontem não ter nenhum envolvimento com as supostas irregularidades em licitações e contratos do Senado com empresas prestadoras de serviço. Efraim disse que solicitará audiência com o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Luiz Fernando Corrêa, para autorizar a instituição a divulgar qualquer informação contra ele que apareça nas interceptações telefônicas ou demais processos investigatórios da chamada Operação Mão-de-Obra.

– Se, porventura, houver algum diálogo meu com algum dos denunciados, autorizarei que a Polícia Federal remeta esse conteúdo diretamente para o Conselho de Ética desta Casa e também que convoque entrevista coletiva e divulgue esse teor para todos os veículos da imprensa brasileira – frisou.

O senador acrescentou que também autoriza a PF a proceder “da mesma maneira” quanto a suas finanças pessoais.

– Se houver um único centavo que ligue este senador da República aos denunciados da chamada Operação Mão-de-Obra, a Polícia está, desde já, autorizada a dar ampla divulgação a esses registros – reiterou Efraim.

A edição do jornal *Correio Braziliense* de ontem trouxe como manchete a reportagem “Máfia recebe ajuda de servidores no Senado”, informando que o Ministério Público Federal

denunciou fraudes em licitações no Senado, investigadas também pela PF. O esquema envolveria servidores da Casa e dirigentes das empresas Conservo, Ipanema e Brasília Informática. Em trechos das gravações telefônicas feitas pela PF, teriam sido citados os nomes de Efraim Morais e do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. O diretor apresentou certidão obtida junto à Justiça Federal que comprova que seu nome não consta dos autos referentes à Operação Mão-de-Obra.

Institucional

Efraim Morais, em seu pronunciamento, procurou descaracterizar as denúncias.

– Adianto que não surgirá nenhum fragmento de informação no contexto da Operação Mão-de-Obra que venha envergonhar esta Casa, os meus eleitores ou a Paraíba. Tenho a consciência muito tranqüila em relação a todos os meus atos. Meu comportamento como 1º secretário sempre se deu da maneira mais institucional. Não me envolvo e não me envolvi com o varejo desse ou de qualquer outro processo. Se algum submundo rondou esses trâmites, sinceramente, desconheço.

Em apertes, 21 senadores co-



Efraim Morais recebeu apertes de 21 senadores

mentaram o discurso de Efraim e solidarizaram-se com o colega. Aloizio Mercadante (PT-SP) propôs a suspensão temporária pela Mesa do Senado, até a conclusão das investigações, dos contratos sob suspeição. O senador José Nery (PSOL-PA) sugeriu à Mesa o exame de quais tipos de serviços hoje terceirizados devem continuar como estão e quais devem passar a ser executados por servidores da Casa. Paulo Duque (PMDB-RJ) lembrou que o TCU fiscaliza atos do poder público.

Efraim Morais aproveitou para dizer que as empresas suspeitas de serem beneficiadas irregularmente no Senado também prestam serviços terceirizados para outros órgãos públicos.

Garibaldi garante que Casa não vai se omitir

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a Casa não se omitirá no seu dever de prestar à Polícia Federal e ao Ministério Público todas as informações necessárias à elucidação de matérias jornalísticas segundo as quais a Casa estaria incorrendo em fraudes na realização de licitações. Para Garibaldi, o único risco que o Senado corre é o da omissão na oferta de informações, e isso ele assegurou que não vai permitir.

– Acho que primeiro devemos ver como está sendo a colaboração da Casa com relação a essas investigações. Porque a colaboração deve ser a mais empenhada possível, dentro dos estritos termos da lei, no sentido de que nada falte à investigação – observou.

Garibaldi Alves disse que conversará com a direção do Ministério Público e da Polícia Federal para saber das conclusões do inquérito que apura a existência de irregularidades em licitações da Casa. Ao ser questionado se poderia pedir o afastamento do 1º secretário, Efraim Morais, o presidente ar-



Garibaldi quer Casa colaborando com investigações

gumentou que esclarecimentos são necessários, mas deixou claro que “a Mesa não pode, preliminarmente, pedir o afastamento de ninguém”.

Reunião

Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) reuniram-se ontem com Garibaldi Alves, de quem solicitaram transparência na apuração das denúncias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*.

– Os senadores pediram providências e transparência no

que for apurado. Mas, na verdade, mantenho o que eu já disse: quem tem informações a dar sobre o caso, quem vai nos levar a conclusões é a Procuradoria Geral da República, com quem já me articulei, é o Ministério Público – ressaltou.

O presidente do Senado afirmou ainda que os contratos que são alvo de investigações “por enquanto” serão mantidos e que vai solicitar a colaboração do corregedor da Casa, Romeu Tuma (PTB-SP), “no sentido de levantar o que já foi apurado no inquérito”. Também destacou que não pretende ouvir o diretor-geral, Agaciel Maia, e nem o 1º secretário, Efraim Morais – que assinou a prorrogação dos contratos das empresas em razão do cargo – sobre o caso.

– Quero saber do andamento das investigações. No momento, não pretendo ouvir Efraim, até porque, ao que sei, informalmente, algumas pessoas já foram ouvidas, e Efraim não é alvo [do inquérito] – frisou.

Advocacia do Senado divulga nota sobre denúncias de jornal

A Advocacia do Senado divulgou nota em resposta às denúncias do *Correio Braziliense* sobre supostas irregularidades em licitações para contratação de funcionários terceirizados pela Casa.

Abaixo, a íntegra da nota, assinada pelo advogado-geral Alberto Cascais:

“A propósito de matéria publicada na imprensa local nesta data, tratando da ocorrência de fraude em licitações do Senado Federal, por parte de empresas terceirizadas, é imperioso que a Advocacia do Senado venha a público prestar os necessários esclarecimentos, de forma a se garantir a prevalência da verdade dos fatos sobre as ilações caluniosas que foram veiculadas sob o falso manto de uma matéria jornalística.

Importante assegurar à sociedade que a alta Administração do Senado Federal não admite nem se coaduna com qualquer tipo de ato tendente a frustrar o caráter competitivo das licitações aqui realizadas, sendo o processo licitatório submetido a diversas instâncias e órgãos administrativos, ocupados por autoridades e servidores efetivos, que exercem um poder de controle interno, ficando tais processos ainda disponibilizados à auditoria do Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Causa estranheza que contratos sobre os quais não recaia nenhum fato impeditivo sirvam de estofa para temerárias ilações publicadas na imprensa, dissociadas do poder-dever de bem informar, que apenas servem para atingir a respeitabilidade de uma instituição republicana, a honra e a imagem de servidores públicos, administradores e agentes políticos.

Aliás, ao se dar o trabalho de ler toda a matéria, não se chega às conclusões tiradas e publicadas, de responsabilidade exclusiva de seus redatores, que, de forma apelativa, tentam buscar o respaldo do Ministério Público, sem que, no entanto, apresentem documentos ou um depoimento sequer de qualquer de seus representantes.

Pelos fragmentos de diálogos transcritos na reportagem, não se consegue concluir como as autoridades que foram citadas possam ter agido para influenciar

o resultado da licitação. Muito pelo contrário, revelam que não havia facilidade de acesso à autoridade e, ainda, a preocupação de se tentar corrigir erros formais de uma planilha de contrato que já havia sido assinado e que, por isso mesmo, não poderia sofrer nenhuma alteração em seu valor, no quantitativo de mão-de-obra ou nas condições de execução.

Por outro lado, a ser verídica a matéria publicada, seria surpreendente que, apesar de todas as instâncias de investigação a que foram submetidos os contratos citados após a deflagração da Operação Mão-de-Obra, nenhuma medida judicial os tenha suspenso até o momento, não podendo o Senado Federal rescindir contratos sem que haja fundamento legal para isso.

Deixe-se claro, ademais, que as licitações públicas que culminaram na assinatura dos contratos citados foram revestidas de ampla publicidade, a que acorreram diversas empresas do país, o que impediria um amplo acordo no sentido de frustrar o caráter competitivo de todo o processo. Importante consignar ainda que todos os contratos do Senado Federal somente são renovados após ampla pesquisa de preço de mercado e quando fica claro que o seu valor é inferior ao que se poderia obter com a abertura de uma nova licitação.

Disso tudo se conclui que o teor da matéria veiculada se encontra baseado em insinuações destituídas de um mínimo de verossimilhança, sem conteúdo jornalístico novo, sobre fatos ocorridos em julho de 2006 e por diversas vezes já publicados pela imprensa. Contudo, o teor agressivo das acusações que foram agora desferidas contra as autoridades citadas e a desestabilização administrativa que isso provoca entre aqueles servidores dedicados à instrução de processos de licitação e de contratação exigem acompanhamento especial deste Órgão Jurídico para os aspectos penais e cíveis que esse fato requer.”

Demostenes diz que Operação Satiagraha evidencia “lamaçal”

Demostenes Torres (DEM-GO) pediu que o Senado busque “a verdade nas profundezas do lamaçal” a respeito dos atos de corrupção de que é acusado o banqueiro Daniel Dantas. Segundo o senador, a Polícia Federal, nas investigações da Operação Satiagraha, revelou um articulado sistema de pilhagem do interesse público, que remonta às privatizações do setor de telefonia, passando por crimes financeiros envolvendo o Banco do Estado do Paraná (Banestado), no governo de Fernando Henrique Cardoso, até o escândalo do “mensalão”, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Qualquer interesse de purgar as práticas políticas do Brasil passa pela assepsia das



Demostenes pede “assepsia” das atividades do banqueiro Dantas

atividades do banqueiro Daniel Dantas no âmbito dos governos – opinou o senador.

Para Demostenes, o banqueiro encontrou no petismo a correspondência necessária para operar ampla promiscuidade do público e do privado.

Comissão do CPP discute modelo acusatório

A comissão externa incumbida de elaborar o anteprojeto de Código de Processo Penal discutiu ontem os princípios da nova legislação. Durante o debate, os juristas aprofundaram a análise do modelo acusatório do processo penal brasileiro, bem como as atividades do juiz.

Segundo o consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, o colegiado está convencido de que deve ser seguido o modelo acusatório no processo penal brasileiro. Por esse modelo, explicou, cada agente integrante do sistema processual desempenha um papel diferenciado e específico – a investigação cabe à polícia e ao Ministério Público; o MP também tem a atribuição de acusar; e o juiz, a incumbência de julgar.

Fabiano Silveira informou que o atual CPP, vigente há mais de 60 anos, possui resquícios do modelo inquisitorial, pelo qual o juiz também investiga com a finalidade de contribuir para a formação de provas.

A próxima reunião da comissão foi marcada para a primeira terça-feira de setembro (dia 2). Além da retomada dos princípios do código, o colegiado vai discutir recursos, bem como eventual previsão, no CPP, da figura de um juiz de garantias na fase da investigação preliminar.

Consulta

A comissão foi instalada em 9 de julho pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, por sugestão de Renato Casagrande (PSB-ES), e tem o prazo de 180 dias para apresentar o anteprojeto. O texto será colocado em consulta pública e, após exame e aprovação dos senadores, será transformado em projeto de código. A comissão já está recebendo contribuições da comunidade jurídica, bem como do público em geral por meio do site www.senado.gov.br/novocpp ou e-mail novocpp@senado.gov.br.

O colegiado é composto por nove especialistas: ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido (coordenador); procurador regional da República Eugenio Pacelli (relator-geral); juiz federal Antonio Corrêa; professor da Universidade de São Paulo Antonio Magalhães Gomes Filho; advogado Félix Valois Coelho Júnior; professor da Universidade Federal do Paraná Jacinto Nelson de Miranda Coutinho; delegado federal Sandro Torres Avelar; e promotor de Justiça Tito de Souza Amaral; além do consultor Fabiano Silveira.

Projeto que visa pôr fim a abusos no emprego de algemas proíbe o uso do instrumento no caso de prisão de suspeito ou condenado que não oferecer resistência

CCJ aprova novas regras para o uso de algemas

PODERÁ SER PROIBIDO o uso de algemas no ato da prisão de suspeito ou condenado que não oferecer resistência aos policiais e nos casos em que não haja risco de fuga do acusado ou de ameaça aos agentes públicos. A medida consta de substitutivo do senador José Maranhão (PMDB-PB) a projeto de Demostenes Torres (DEM-GO) que regulamenta o emprego de algemas, aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria ainda precisa ser votada em turno suplementar no colegiado.

A proposta (PLS 185/04) detalha as situações nas quais o uso do instrumento é autorizado – flagrante delito, transporte, condução e transferência de presos. Mas veda o uso de algemas por tempo excessivo e como forma de castigo, além da proibição do seu emprego quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial ou judicial.

O relator *ad hoc* da proposta, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), acolheu emendas apresentadas por Aloizio Mercadante (PT-SP) e

Demostenes Torres, que visaram eliminar dificuldades no trabalho dos agentes policiais. Foi alterado, por exemplo, o artigo do substitutivo que proibia o uso de outros instrumentos de contenção de presos, permitindo apenas a utilização de algemas. Conforme a mudança aprovada pela CCJ, os policiais poderão recorrer a outros meios de redução da capacidade motora de presos nos casos em que não houver algema disponível ou quando houver risco à integridade física dos agentes policiais.

Em casos de prisão em flagrante ou por determinação judicial, a proposta permite o uso de algemas apenas quando houver resistência ou tentativa de fuga do acusado. Para o transporte de detentos, o texto restringe a medida a casos de violência ou ameaça durante o processo penal, participação em organização criminosa e risco de fuga, entre outros.

Ao lembrar que o projeto foi apresentado em 2004, Demostenes Torres destacou a necessidade da mudança nas regras para realização de prisões de suspeitos e investigados pela Justiça.

Proposta impõe mais rigor em pesquisas com animais

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados que estabelece rigorosos critérios para utilização de animais em pesquisa científica. Na prática, o projeto (PLC 93/08) tem por meta poupar ao máximo do sofrimento e da dor o animal quando submetido a procedimentos em laboratórios para fins de ensino e pesquisa.

Apresentado em 1995 pelo

então deputado Sérgio Arouca – já falecido –, a proposta considera como atividade científica a relacionada com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos ou quaisquer outros procedimentos testados em animais. A proposta desconsidera práticas zootécnicas relacionadas à agropecuária.

Indicado para o STJ é sabatinado por senadores

Na próxima quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar a indicação do desembargador federal Benedito Gonçalves para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga deixada pelo ministro José Augusto Delgado, que se aposentou. Antes da votação, o magistrado será sabatinado pelos senadores da comissão. O relator da indicação, senador José Agripino (DEM-RN), elogiou as qualidades do desembargador e defendeu a aprovação.

Criação de cargos para STJ terá urgência no Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável à criação de 320 cargos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi acolhido também requerimento do relator do projeto (PLC 113/08), Valter Pereira (PMDB-MS), para que a matéria seja apreciada em Plenário do Senado em regime de urgência. O senador explicou que os cargos atenderão ao aumento do número de processos e às novas competências atribuídas ao STJ pela Constituição.

Mantega deve esclarecer processos contra partidos

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá enviar informações à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre processos administrativos fiscais relativos a partidos políticos da base governista investigados quanto ao mensalão. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autores do pedido aprovado ontem em reunião da CCJ, querem saber, entre outros pontos, por que o DEM e o PSDB foram incluídos entre os partidos da base governista.

Mário Couto cobra de Lula reajuste para os aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) cobrou ontem do presidente Lula que dê aos aposentados e pensionistas o mesmo estímulo de crescimento salarial dispensado recentemente aos metalúrgicos do ABC. O crescimento econômico do país propiciaria a oportunidade para os trabalhadores reivindicarem melhores salários, segundo Lula.

– Concordo com o presidente. Só não entendo por que razão ele não olha para os aposentados e pensionistas deste país – protestou o parlamentar.

Conforme o senador, o aumento da arrecadação deu-se a despeito da extinção da CPMF. Números obtidos por Mário Couto dariam conta de que este ano já foram recolhidos impostos no valor de R\$ 610 bilhões, permitindo antever uma arrecadação de mais de R\$ 1 trilhão.



Mário Couto informa que grupo de senadores vai iniciar mobilização

Mário Couto anunciou que o grupo de senadores comprometido com a luta dos aposentados e pensionistas vai se mobilizar a partir desta semana, inclusive com reunião na Comissão de Direito Humanos; caminhada até a Câmara dos Deputados, onde um projeto de reajuste aguarda votação, e ao Palácio do Planalto.



Projeto de Demostenes Torres (C) permite o uso de algemas, quando de prisão em flagrante ou por determinação judicial, apenas se houver resistência ou risco de fuga do acusado, e veda o uso do instrumento por tempo excessivo

Mudança no código deve acelerar recursos penais

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, determina que, em casos de condenação, as razões para recurso de apelação sejam obrigatoriamente apresentadas na instância responsável pela decisão condenatória. A proposta, de autoria de Demostenes Torres, altera artigo do Código de Processo Penal que permite aos réus apresentarem justificativa para apelação em instância superior.

O senador explica, na justificativa da matéria, que a lei vigente contribui para que haja atraso na tramitação dos processos, o que “aumenta a possibilidade de o réu ver extinta a pretensão punitiva do Estado, por meio de prescrição”. O senador lembra que o dispositivo previsto na legislação, em vigor desde 1941, permitia a apresentação de justificativa da apelação em tribunal superior

– nas capitais –, devido à falta de advogados em cidades do interior. Atualmente, observa Demostenes, a existência de grande número de advogados no país, disponíveis em grandes e pequenas cidades, torna desnecessária a manutenção da regra.

– Hoje, essa prerrogativa virou causa de procrastinação, pois, após a apelação, o processo precisa voltar ao promotor que atuou no caso, o que pode levar até um ano – explicou o parlamentar, durante a discussão da proposta.

Para Demostenes Torres, a nova norma dará mais agilidade aos processos que tramitam na Justiça brasileira. Ele explica que, de acordo com o projeto acolhido pela CCJ, “quem entrar com recurso tem que apresentar as razões em primeiro grau”. A matéria recebeu voto favorável do relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE).



Presidida por Maciel (esq., ao lado de Simon e Cafeteira), CCJ aprovou iniciativas que vão da área penal à erradicação do analfabetismo

Terrenos de marinha podem ser extintos

O Executivo deverá enviar ao Senado projeto de lei sobre o fim do instituto dos terrenos de marinha e seus acrescidos, anunciou, ontem, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

A iniciativa foi aceita por Almeida Lima (PMDB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), respectivamente autor e relator de proposta de emenda à Constituição (PEC 53/07) com esse objetivo e que constava da pauta de votações da Comissão de Justiça.

Na reunião da CCJ, também ficou acertado que representantes do governo, líderes partidários e outros senadores farão reuniões a partir da última semana de agosto para decidir sobre a elaboração da proposta a ser enviada pelo Executivo.

Nova Sudeco passa na Comissão de Justiça

A criação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, por meio de parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de autoria do Poder Executivo.

Pela proposta, o órgão funcionará como autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, e terá atuação nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal. A Sudeco (que não tinha no nome a palavra “sustentável”) foi extinta em 1990.

O projeto (PLC 119/06-Complementar) será agora analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos. A decisão final caberá ao Plenário do Senado.

Projeto visa acabar com analfabetismo

Acabar com o analfabetismo no Brasil em cinco anos. Esse é o objetivo do projeto de lei de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta (PLS 117/06) autoriza a União a criar o Programa Incentivo-Alfa, que dará aos brasileiros não-alfabetizados maiores de 15 anos direito a um incentivo financeiro no valor de R\$ 450, reajustado anualmente, durante o curso de alfabetização. Relacionado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto ainda será apreciado pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte. Nesta última, receberá decisão terminativa.

Menos burocracia no registro civil de menores de 18 anos

A CCJ aprovou também parecer favorável a projeto do Executivo que permite que o registro de nascimento das pessoas maiores de 12 anos e menores de 18 seja realizado pelos cartórios de registro civil, independentemente de autorização de um juiz, conforme exige a Lei 6.015/73.

A proposta (PLC 34/07), relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevê que, caso o oficial de registro suspeite de falsidade da declaração do nascimento, poderá exigir provas. O projeto segue agora para votação do Plenário do Senado.

Antenas

A CCJ acolheu ainda parecer do senador Marconi Perillo

(PSDB-GO) a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 31/08) que proíbe a instalação de antenas de transmissores de celulares, bem como de fontes emissoras de radiação eletromagnética, a menos de 30 metros de clínicas médicas, centros de saúde, hospitais, escolas e residências. A proposta será analisada ainda por quatro comissões permanentes do Senado, recebendo decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Foram aprovados ainda dois projetos de lei da Câmara criando cargos e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho em Vitória, que também serão submetidos à votação do Plenário do Senado.

Paim: relator na Câmara apóia extinção do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário que o deputado Germano Bonow (DEM-RS) o procurou na manhã de ontem para comunicar que apresentará voto favorável à aprovação do projeto (PLS 296/03) que elimina a aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do INSS. O projeto, do senador Paim, foi enviado à Câmara em abril deste ano, depois de aprovado pelos senadores.

Paim disse que o deputado se convenceu, em audiências públicas, do mal que o fator previdenciário causa, e deve apresentar seu relatório ainda neste mês. Paim afirmou que o fim do fator previdenciário será uma vitória dos trabalhadores, pois sua aplicação reduz as aposentadorias em até 40%. O senador informou que



Paim afirma que fim do fator será uma vitória dos trabalhadores

pretende reunir na próxima terça-feira, na Comissão de Direitos Humanos, deputados e senadores que estejam dispostos a participar de um movimento em prol da aprovação, na Câmara, do projeto (PLC 42/07), que concede às aposentadorias e pensões do INSS os mesmos reajustes dados ao salário mínimo.

Mão Santa pede aos deputados que votem o projeto de Paim

Em discurso no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu aos deputados federais que votem o projeto de Paulo Paim que acaba com o fator previdenciário, um “redutor das aposentadorias”, na opinião dele. Mão Santa fez um apelo ao presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, para que o projeto seja votado.

O senador lembrou ter votado contra a reforma da Previdência, em 2003, afirmando que as medidas então aprovadas prejudicaram os aposentados e pensionistas.

Pelo voto contrário à reforma, Mão Santa disse ter recebido, do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mospa), o título de *persona grata* “em reconhecimento a sua luta na defesa dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas”.



Mão Santa lembra que votou contra a reforma da Previdência em 2003

– Aposentados de todo o Brasil, filhos de aposentados, netos de aposentados, vamos nos unir e exigir que a Câmara vote o projeto. Que acabe esse fator de redução que não existe no mundo. O mundo todo respeita os aposentados, os idosos. Presionemos a Câmara para derrubarmos o fator que injustiça os que trabalharam – frisou.

GEOVANI BORGES: INDAIATUBA É EXEMPLO

Geovani Borges (PMDB-AP) conclamou os prefeitos brasileiros a seguirem o exemplo da cidade paulista de Indaiatuba, apontada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), como o município com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Para calcular o IDH, a Firjan levou em conta 12 estatísticas oficiais dos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, referentes aos anos 2000 e 2005. O senador disse lamentar que a capital do seu estado, Macapá, tenha ficado em último lugar no levantamento.

JOSÉ NERY CONDENA VIOLÊNCIA POLICIAL

José Nery (PSOL-PA) repudiou a violência praticada por policiais militares contra jovens da cidade paraense de Viseu, agravada pela falta de informações sobre o paradeiro do corpo de uma das vítimas. Segundo o senador, o fato causou grande indignação, culminando com a destruição do fórum e da delegacia da cidade pela população revoltada.

– O que se vê é mais um caso revelador do quanto é banal a violação da dignidade humana no estado do Pará. É inaceitável ceifar a vida de um adolescente numa abordagem policial – protestou Nery.

GOELLNER RELATA VISITA DE MANGABEIRA

Gilberto Goellner (DEM-MT) relatou que, durante visita do ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, a diversos municípios do estado de Mato Grosso, a maior reclamação de produtores rurais, empresários e das populações locais foi em relação à insegurança jurídica em que vive aquela região.

– Como bem disse o ministro Mangabeira, é preciso acabar com a insegurança jurídica que há na Amazônia e fechar a torneira das terras públicas, facilmente ocupadas por aventureiros e devastadores – disse.

Por falta de acordo partidário, Plenário adia deliberação sobre medida provisória que cria novas ferrovias no país e amplia a malha existente

Oposição obstrui votações e pauta continua trancada

A ORDEM DO dia da sessão de ontem foi cancelada em virtude da obstrução imposta pelo DEM e pelo PSDB. Por falta de acordo partidário, o Plenário do Senado adiou a votação do Projeto de Lei de Conversão 18/08, oriundo da Medida Provisória 427/08, que cria novas ferrovias e amplia a malha existente no país.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) anunciou que seu partido estaria em obstrução a fim de que seja cumprido o acordo costumeiro de aguardar três sessões deliberativas para votar medidas provisórias. Ele assinalou que o DEM não discorda da matéria e se com-

prometeu a votá-la na próxima terça-feira. Em nome do PSDB, Alvaro Dias (PR) apoiou o Democratas. Como três MPs foram lidas em 17 de julho, último dia antes do recesso parlamentar, a terceira sessão deliberativa transcorre hoje.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lamentou que um acordo de votação feito em seu gabinete na terça-feira não tenha sido cumprido pela oposição.

Pacífico

O relator no Senado da MP 427/08, Valdir Raupp (PMDB-RO), aceitou na última hora

emenda que cria uma ferrovia que ligará Ilhéus, na Bahia, a Rondônia, podendo no futuro ser interligada a trechos ferroviários do Peru, para permitir a exportação, pelo Pacífico, de cereais produzidos no oeste da Bahia, no Tocantins, em Mato Grosso e em Rondônia.

A MP 427/08 já criava parte dessa ferrovia, entre Ilhéus e Alvorada (TO). César Borges (PR-BA) fez apelos ao PSDB e ao Democratas para que votassem ontem a matéria, observando que, devido à emenda dos senadores, ela voltará à Câmara. O prazo final de vigência da MP é 22 de setembro.

Mercadante vê cenário favorável, mas recomenda cautela com crise

Aloizio Mercadante (PT-SP) fez um balanço da situação econômica no Brasil e no mundo. Para o senador, apesar de o Brasil apresentar cenário interno “extremamente favorável a médio e a longo prazos”, o país não pode subestimar a atual crise financeira internacional. Mercadante disse que a “grave crise econômico-financeira internacional” de hoje tem como centro os Estados Unidos. “Atingindo todo o financiamento habitacional imobiliário”, continuou o senador, “essa crise trouxe prejuízos ao sistema financeiro, em especial às bolsas de valores. Até a indústria

automotiva norte-americana já apresenta prejuízos”, acrescentou. Mercadante lembrou que a crise já fez com que o Banco Central norte-americano socorresse instituições bancárias, com mais de US\$ 470 bilhões, e de crédito imobiliário, com mais US\$ 163 bilhões.

– Essa crise, que no passado seria devastadora para a economia internacional, hoje tem um impacto relativamente menor, mas não pode e não deve ser subestimada – disse Mercadante.

O senador acredita que o Brasil, para enfrentar a crise, deve continuar a aumentar a

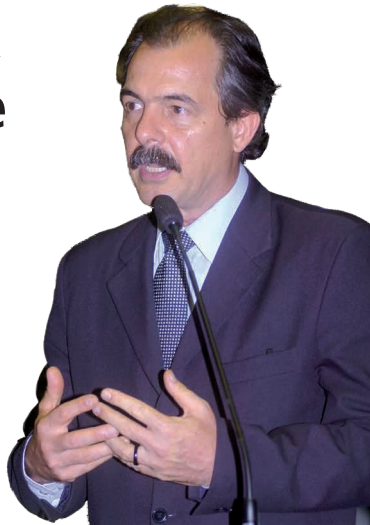


Foto: J. Freitas

Aloizio Mercadante: problemas norte-americanos podem afetar Brasil

renda e o emprego no campo, além de enfrentar a dependência do país em relação aos fertilizantes.

“Josué de Castro foi precursor da renda básica”

Ao homenagear o médico, geógrafo, professor, escritor e político pernambucano Josué de Castro, autor de diversas obras sobre a fome no Brasil, que completaria cem anos em 5 de setembro, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o intelectual foi um dos precursores da ideia de uma renda básica cidadã. O senador ressaltou que Josué de Castro, em suas pesquisas, conclui que as causas da fome estão ligadas mais a fatores socioculturais do que de natureza geográfica.

– Ao estudar, de forma tão



Foto: G. Aragão/Vegetal

Suplicy: Castro teve a fome como objeto central de investigação

brilhante e inovadora, os problemas de produção, distribuição e utilização racional do

alimento, as forças produtivas que devem ser questionadas e o tipo de sociedade que deve ser criado para se conseguir uma redistribuição igualitária dos meios de subsistência, concluindo pela necessidade de elevação dos padrões de vida dos mais pobres, Josué de Castro realizou algumas proposições que fundamentam o direito a uma renda mínima garantida – afirmou.

Essas pesquisas, prosseguiu o senador, deram ao médico-antropólogo extraordinária projeção científica.

SIMON ANUNCIA VISITA DE INGRID BETANCOURT

Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou a resposta positiva da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt ao convite para que realize uma visita ao Senado Federal.

Na ocasião de sua libertação – foi refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) por quase sete anos e libertada em operação comandada pelo Exército da Colômbia em julho –, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Plenário aprovaram o convite para que ela detalhe, entre outros aspectos, as experiências vividas no período em que permaneceu em cativeiro.

JEFFERSON: PARA ONDE VÃO 8 MIL PESSOAS?

Jefferson Praia (PDT-AM) mencionou sua preocupação a respeito do destino das quase 8 mil pessoas que vivem na área do Parque Nacional Mapinguari, criado por decreto do presidente Lula no dia 5 de junho, na região sul do Amazonas.

O senador anunciou o envio de ofício aos presidentes do Ibama e do Instituto Chico Mendes pedindo informações sobre o destino das famílias que moram na área do novo parque, para onde serão transferidas se tiverem de abandonar o local, e até se poderão ser aproveitadas nos serviços de atividade ambiental do novo parque.

HOMENAGEM AO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Plenário aprovou ontem requerimento de José Nery (PSOL-PA) solicitando a realização de sessão especial no próximo dia 28 de agosto, em homenagem ao Fórum Social Mundial. O evento, que desde 2001 reúne anualmente organizações da sociedade civil para discutir temáticas de esquerda, será realizado em 2009 em Belém do Pará.

Também foi aprovado voto de congratulações ao cardeal brasileiro dom Cláudio Humes, que completou no dia 3 de agosto 50 anos de ordenação sacerdotal. O requerimento é de Romeu Tuma (PTB-SP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Tião Viana • Eptácio Cafeteira • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Gerardo Viegas

Preço dos alimentos preocupa

Osmar Dias (PDT-PR) advertiu da tribuna que "a crise dos alimentos no mundo não acabou", apesar da redução do preço desses itens no mercado internacional nos últimos dias. O senador acredita que o fracasso da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) em pouco tempo irá gerar novas elevações de preços.

Para ele, o fracasso da reunião da OMC foi provocado principalmente pelos Estados Unidos e pela União Européia, que não querem reduzir os subsídios que dão aos seus agricultores, que chegam a US\$ 1 bilhão por dia, realçou.

– O problema é que o consumo de alimentos tem crescido a 5% ao ano, enquanto a produção não sobe. Assim, os estoques mundiais de comida estão diminuindo drasticamente. É claro que daqui a pouco o preço vai subir novamente, afetando os países pobres – explicou.

Osmar Dias afirmou que "não adianta tentar culpar os biocombustíveis" pelos aumentos de preço dos alimentos, quando na verdade há anos os países pobres ou em desenvolvimento não têm estímulo de preço para aumentar seus plantios.

Gerardo Viegas



Osmar Dias adverte: "A crise dos alimentos não acabou"

Acordo acolhido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul garante a moradores de cidades fronteiriças direito ao trabalho e assistência médica nos dois países

Mais direitos a cidadãos da fronteira Brasil-Argentina

OS CIDADÃOS BRASILEIROS e argentinos que vivem em cidades fronteiriças vinculadas poderão em breve exercer, dos dois lados da fronteira, direitos de trabalho, receber atendimento médico gratuito e enviar os filhos a escolas públicas. Esses direitos estão contidos em acordo celebrado há três anos em Puerto Iguazú e acolhido ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Para ter acesso aos benefícios, os moradores de cidades vinculadas – como Uruguiana e Paso de los Libres – precisarão de uma carteira de trânsito vicinal fronteiriço, inicialmente com validade de cinco anos, prorrogáveis por mais cinco. Ao final, a carteira será concedida por tempo indeterminado.

– Estamos testemunhando a evolução do sentimento de cidadania mercossulina. Esse acordo cria a condição de cidadão fronteiriço entre o Brasil e a Argentina, condição que, espero, seja estendida em breve



Leopoldo Silva

Na reunião presidida por Mercadante (D), mensagem foi relatada por Zambiasi (E)

a outros países – celebrou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator da mensagem sobre o acordo, que passa a tramitar, como projeto de decreto legislativo, inicialmente na Câmara e depois no Senado.

Duas outras mensagens receberam parecer favorável da Representação, cuja reunião foi presidida por Aloizio Mercadante (PT-SP). A primeira delas, que teve como relator Romeu Tuma (PTB-SP), contém o acordo de cooperação em matéria de segurança regional entre os países do Mercosul. O principal objetivo do acordo é promover

cooperação e assistência recíproca na prevenção e repressão de atividades ilícitas, como as de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo.

A segunda mensagem, cuja relatora ad hoc foi a deputada Íris de Araújo (PMDB-GO), submete ao Congresso o texto do acordo sobre gratuidade de vistos para estudantes e docentes dos países do bloco. Poderão se beneficiar da medida estudantes de graduação e pós-graduação, estudantes de cursos secundários que participem de programas de intercâmbio, professores e pesquisadores.

Preocupação com 4ª Frota da Marinha americana

Uma delegação de integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul deverá visitar o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, para apresentar a ele as declarações recentemente aprovadas pelo parlamento, de preocupação com a reativação da 4ª Frota da Marinha norte-americana e de defesa da unidade do bloco comercial nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

A sugestão da visita foi feita pelo presidente da Representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e imediatamente aprovada pelo colegiado. Esta será, na opinião de Mercadante,

uma boa oportunidade de levar ao embaixador, que considerou "muito aberto ao diálogo", as preocupações do parlamento regional. Igualmente sugerida pelo senador, foi aprovada a participação da Representação em audiência pública a ser promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a Rodada Doha, no dia 26, com a participação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Amorim também estará presente à próxima sessão do Parlamento do Mercosul, a ser realizada a partir do dia 18, em Montevideu. Como o Brasil tem a presidência pro tempore

do órgão, o ministro fará uma exposição aos parlamentares de todos os países do bloco a respeito do processo de integração regional.

Na sessão de setembro, informou o presidente do parlamento regional, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), estará em Montevideu o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Jobim falará sobre a proposta brasileira de criação de um conselho de defesa da América do Sul.

Mercadante anunciou que o principal tema da próxima reunião da Representação Brasileira, dia 27, será o critério para proporcionalidade na composição do parlamento.

Cristovam apóia diplomacia brasileira

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a elogiar o trabalho da diplomacia brasileira. Dessa vez, na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), a chamada Rodada Doha, realizada há cerca de duas semanas na Suíça. O encontro pretendia firmar um acordo global para tarifas de importação e subsídios agrícolas, mas as negociações emperraram e voltaram ao ponto de partida.

Citando o candidato à Presidência dos Estados Unidos, senador Barack Obama, Cristovam Buarque observou que, apesar da modernidade alcançada pelo mundo, ainda existem muitos muros, como o racismo, a deseducação e a desigualdade social.

– Esses muros não foram derrubados e vão exigir três caminhos diferentes: impedir a marcha do aquecimento global; garantir educação com a máxima qualidade para todos, em escala global; e utilizar o comércio internacional como instrumento capaz de derrubar o muro da desigualdade – afirmou.

Para Cristovam, o fracasso das negociações não foi culpa da diplomacia brasileira, mas da intransigência de outros países.



César Borges destaca importância de pólo petroquímico para a Bahia

César Borges: Pólo de Camaçari faz 30 anos

A comemoração, na Bahia, dos 30 anos da criação da Companhia Petroquímica do Nordeste, completados no dia 29 de junho, foi registrada por César Borges (PR-BA). A empresa foi a responsável pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. O senador disse que teve início ali o renascimento econômico do estado com a retomada do seu desenvolvimento industrial.

César Borges também ressaltou a chegada na Bahia, em 2000, do complexo automobilístico da montadora Ford, "que mudou o perfil do Pólo de Camaçari por meio da diversificação da sua matriz produtiva com a atração de empresas de autopeças".

TIÃO VIANA CELEBRA 106 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO ACRE

Os 106 anos da revolução acreana de 1902, que levou à independência do estado, foram lembrados por Tião Viana (PT-AC). Para o senador, o episódio foi um momento de "afirmação da defesa da Amazônia num processo de ameaça de internacionalização". Viana disse que a revolução, iniciada em 6 de agosto e liderada pelo gaúcho José Plácido de Castro, buscou firmar como brasileiro um território tido como boliviano, mas que, no entender do senador, era parte de "uma indefinição, uma consolidação de fronteira".

MESQUITA JÚNIOR ANUNCIA LANÇAMENTO DE LIVRO

O livro O Acre e seus heróis, escrito por Napoleão Ribeiro em 1930 e desde então esgotado, será relançado, anunciou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O livro será publicado brevemente pela Editora do Senado. A nova edição visa celebrar os 106 anos da chamada "Revolução Acreana", que culminou com a anexação do Acre (então parte da Bolívia) ao Brasil. "É uma obra de vulto, de fundamental importância", disse o senador.

MILITARES HOMOSSEXUAIS AGRADECEM APOIO DE SENADORES

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem uma carta dos sargentos homossexuais do Exército Laci Marinho de Araújo e Fernando de Alcântara Figueiredo, que estavam presentes em Plenário. Os dois agradeceram o apoio dos senadores durante o período em que Laci Araújo esteve preso sob a acusação de deserção. A carta é finalizada com um poema intitulado O Rouxinol e o Dragão. Atualmente, Laci Araújo responde ao processo em liberdade. Fernando Figueiredo deixou o Exército no final de junho.

Valter diz que portarias levam à instabilidade em Mato Grosso do Sul



Gerardo Viegas

Valter critica Funai por demarcação de reservas

A edição de seis portarias para a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul foi criticada por Valter Pereira (PMDB-MS). O senador acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Justiça de "destempero". Valter afirmou que, da forma como as portarias foram redigidas, elas levam instabilidade ao estado.

Relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 38/99) que dá competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas, Valter Pereira manifestou a sua confiança na Casa no sentido de impedir que as demarcações sejam feitas por meio de portarias.

Comissão de Assuntos Sociais vota diversas matérias, tratando de licença-paternidade, das regras para a profissão de restaurador, da tarifa social de energia elétrica, do vale-hospedagem e das anuidades dos conselhos de contabilidade

Regulamentação da profissão de restaurador

Foi acolhido ontem pela CAS o projeto de lei que regulamenta a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis ou integrados e cria os conselhos federal e estaduais de conservação-restauração de bens culturais.

A proposta, que receberá decisão terminativa na comissão, foi aprovada na forma de substitutivo do relator, Expedito Júnior (PR-RO), e por isso precisa ser submetida a turno suplementar de votação na CAS.

Pelo projeto (PLS 370/07), de autoria de Edison Lobão (PMDB-MA), atualmente licenciado, a profissão deve ser exercida, exclusivamente, por diplomados em curso superior, no Brasil ou no exterior, na restauração de bens de valor histórico, documental ou artístico, sejam eles tombados ou não, aos quais também estão reservadas as atividades de magistério nessa especialidade.

O projeto reconhece a existência de profissionais altamente qualificados que já exercem essa atividade e, por isso, esses precisam ser ressalvados da exigência de formação superior específica.

O relator incorporou emenda apresentada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para dar caráter autorizativo à criação dos conselhos, a fim de eliminar qualquer controvérsia sobre a constitucionalidade da iniciativa legislativa de criar conselhos profissionais.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aplaudiu a iniciativa de regulamentar a profissão de restaurador de bens culturais, argumentando que seu estado possui enorme patrimônio histórico e cultural, utilizando grande número desses profissionais. Ele lembrou que a regulamentação da profissão e a criação dos conselhos são reivindicações antigas da categoria.

Tarifa social

A CAS aprovou, ainda, projeto de lei da Câmara que aperfeiçoa procedimentos relativos à tarifa social de energia elétrica para ampliar seus benefícios a famílias com consumo de até 220 kWh/mês que comprovem a condição de baixa renda a partir de inscrição em programas sociais do governo federal.

O relator na comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO), incorporou emenda de Eduardo Azeredo ampliando de três para cinco salários mínimos a renda familiar dos postulantes aos descontos estabelecidos pela tarifa social, quando a família tiver um integrante deficiente ou doente que precise utilizar aparelhos elétricos de uso contínuo. O projeto (PLC 12/08) vai ao exame do Plenário.

O último item aprovado foi um requerimento de audiência pública para instruir a votação de projeto sobre o exercício das profissões de mestre-de-obras e encarregado.



Rosalba Ciarlini (E) preside reunião da CAS: "Projeto contribuirá para o fortalecimento da família brasileira"

Licença-paternidade de 15 dias é aprovada em comissão

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que amplia de cinco para 15 dias a duração da licença-paternidade, beneficiando inclusive o pai que adotar uma criança. De acordo com a proposição (PLS 666/07), a licença será concedida aos trabalhadores sem qualquer prejuízo de salário ou emprego.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator, senador Flávio Arns (PT-PR), lembrou que no próximo domingo será celebrado o Dia dos Pais. Ele afirmou que a aprovação dessa proposta representará um bom presente para toda a família, porque a licença para os pais irá beneficiar as mães e, sobretudo, as crianças, ao garantir a elas mais estabilidade emocional.

Ao presidir a reunião, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou a importância de o

projeto conceder estabilidade por 30 dias, a serem contados a partir do fim da licença-paternidade, contra demissão imotivada.

– Podemos dizer que este projeto terá grande alcance social e contribuirá para o fortalecimento da família brasileira – disse.

Para o senador Romeu Tuma (PTB-SP), a iniciativa vai estimular os pais a registrarem seus filhos, uma vez que, para gozar da licença, precisarão apresentar a certidão de nascimento.

Férias

Na mesma reunião, foi aprovado projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que beneficia os trabalhadores ao isentar da cobrança do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária a remuneração de férias e o adicional de um terço de férias. Originalmente, a proposta (PLS 685/07) previa que o décimo terceiro salário também fosse

isento, mas a relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), excluiu essa possibilidade em seu parecer. O texto segue agora para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao justificar o projeto, Zambiasi argumenta que a Constituição de 1988 pretendeu fazer justiça ao trabalhador ao prever a concessão desses benefícios (o décimo terceiro, a remuneração de férias e o adicional de um terço). Portanto, não caberia a incidência do Imposto de Renda e de contribuição para o custeio da seguridade social sobre tais valores.

No parecer favorável, Lúcia Vânia alega que a tributação sobre o 13º se faz exclusivamente na fonte, não compondo a base de cálculo da contribuição previdenciária no mês em que a remuneração é recebida. Isso impede que tais rendimentos sejam onerados de maneira mais gravosa, afirmou.

Projeto pretende fixar anuidades dos CRCs

A CAS aprovou também, em decisão terminativa, projeto de lei que fixa o valor das anuidades cobradas pelos conselhos regionais de contabilidade (CRCs). Essa proposta (PLS 566/07) determina que o contador recolherá, inicialmente, R\$ 315; já o técnico em contabilidade deverá contribuir com R\$ 284. A matéria será encaminhada agora à Câmara dos Deputados.

Relatado na CAS pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) e antes, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto é de autoria de Neuto de Conto (PMDB-SC) e prevê que a anuidade a ser paga pelas empresas de contabilidade irá variar segundo a quantidade de sócios, colaboradores e empregados:

- até dez pessoas: R\$ 315;
- de 11 a 20 pessoas: R\$ 419;
- de 21 a 50 pessoas: R\$ 942;
- de 51 a 100 pessoas: R\$ 1.413;
- de 101 a 200 pessoas: R\$ 1.918;
- acima de 200 pessoas: R\$ 4.533.

Serys Slhessarenko ressaltou, em seu parecer à proposta, que "o Conselho Federal de Contabilidade fica autorizado a reduzir e restaurar, em norma de aplicação geral, os valores fixados".

Rosalba elogia decisão da CAS

A aprovação de projeto que amplia de cinco para 15 dias o período da licença-paternidade pela Comissão de Assuntos Sociais foi comemorada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), em Plenário.

A senadora disse ainda que a aprovação da matéria pelo Senado às vésperas do Dia dos Pais tem caráter simbólico.

Rosalba também cobrou dos governos estadual e federal a agilização da liberação de recursos para reparo dos estragos causados pelas chuvas que atingiram o Rio Grande do Norte no primeiro semestre do ano.

Providências sobre ameaça a Malta

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou que solicitará ao Ministério da Justiça – por sugestão de Tião Viana (PT-AC) – providências com relação às denúncias feitas na terça-feira pelo senador Magno Malta (PR-ES).

Segundo Malta, ele e sua família estão sendo ameaçados de seqüestro pelo presidiário Luiz Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar.

Pouco antes, o senador havia informado ao Plenário que a Polícia Militar do Espírito Santo já está dando proteção à sua família.

Flexa Ribeiro saúda atletas paraenses

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez uma homenagem aos atletas do Pará que participaram da Olimpíada e da Paraolimpíada de Pequim.

O estado estará representado por quatro atletas nos Jogos Olímpicos: Mike Carvalho, no boxe; Luana Faro, na ginástica rítmica desportiva; Larissa, no vôlei de praia, em dupla com Ana Paula; e Miraídes Maciel, a Formiga, na seleção feminina de futebol.

Na Paraolimpíada, são 12 os atletas do Pará, nove na seleção feminina de basquete em cadeiras de rodas e três no atletismo.

Ideli: dois anos da Lei Maria da Penha

Os dois anos da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foram lembrados por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora registrou a realização em Brasília, ontem e hoje, do 1º Encontro das Promotoras Legais Populares, líderes comunitárias que atuam voluntariamente no apoio às vítimas da violência que sentem dificuldades em lutar por seus direitos.

Ideli lembrou às vítimas de violência doméstica que o disque-denúncia para apoio a elas é o 180.